

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2019

Senhores Acionistas,

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de vossas Senhorias o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

1. A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1- Prospecção e Oportunidades de Negócios

No Exercício de 2019 a Coordenadoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios intensificou o trabalho de prospecção, realizando palestras, visitas a empreendedores, oferecendo linhas de crédito de acordo com o perfil de cada empreendimento.

Em virtude da transição da diretoria executiva e Conselho de Administração, as operações de crédito tiveram início no 2º trimestre de 2019. Foi um ano marcado por grandes ações positivas, seguem algumas em destaque:

- ✓ A convite do Sebrae Nacional, a Agência de Fomento atuou positivamente na Semana do MEI (micro empreendedor individual) realizando atendimentos nos municípios de Palmas, Gurupi-TO e Palmeirópolis -TO. Nesta ação foi possível atender vários microempreendedores, proporcionando oportunidades para alavancar os seus negócios;
- ✓ Marcou presença na AGROTINS (Feira Agropecuária do Tocantins), onde teve a oportunidade de divulgar suas linhas de créditos e captar novos negócios;
- ✓ Participou do 1º Feirão de Crédito, Rodada de Negócios realizado pelo Núcleo de Acesso ao Crédito da FIETO, na oportunidade foi apresentado a Agência de Fomento e seus produtos aos empresários reunidos;

- ✓ Participou do INVESTE TURISMO, em parceria, Governo do Tocantins, Embratur, Ministério de Turismo. O evento aconteceu na cidade de Palmas e Ponte Alta – TO;
- ✓ Em junho a Agência de Fomento disponibilizou aos empresários tocantinenses R\$ 1 milhão para linha de microcrédito, a fim de realizar bons negócios;
- ✓ Participou do 1º Fórum de Turismo da Região Sul do Tocantins. O evento aconteceu, na Pousada Martins no Retiro –TO município de São Salvador do TO, e teve como objetivo o turismo da região Sul do Estado. A convite do Sebrae Tocantins, a Agência de Fomento participou também do Fórum de Turismo de Natividade –TO, com palestra, expondo seus produtos e realizando atendimento ao público da região;
- ✓ A equipe de prospecção esteve buscando novos clientes nas cidades de Aliança do Tocantins, Gurupi, Miranorte, Miracema, Guaraí, Colmeia e Pedro Afonso. Foi realizado um trabalho de divulgação e atendimento aos empreendedores, oferecendo crédito para os diversos segmentos do estado;
- ✓ A Agência de Fomento marcou presença na Feira de Negócios GURUPI TEM, que teve como objetivo movimentar a economia local;
- ✓ Agência de Fomento disponibilizou R\$ 500 (mil) para estimular as atividades desenvolvidas pelos profissionais liberais. Oferecendo taxas de juros diferenciadas para categoria.
- ✓ No mês de outubro a Agência ofertou as mulheres empreendedoras através da campanha outubro Rosas taxa de juros especiais, a campanha foi um atrativo para mulheres que busca o crescimento do seu negócio.
- ✓ Em parceria com a ACIP - Associação Comercial e Empresarial de Paraíso, a Agência de Fomento realizou atendimento aos empresários locais na sala do empreendedor;

Os Resultados alcançados foram muito positivos, foram atendidos 18 municípios que levaram a contratação de 103 processos.

A Agência de Fomento tem intensificado o processo de divulgação dos seus produtos, buscando em suas operações aprovar empreendimentos rentáveis, oportunizando a concessão do crédito e que consequentemente traz junto a geração de emprego e renda, fortalecendo a economia do Estado.

2.2– Operações de Crédito

Entre o 2º e 4º trimestre de 2019 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 2.747 (mil) em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo diversos seguimentos, e impulsionando a economia do Estado.

Do montante liberado de maio a dezembro/2019 foi registrado uma média de liberações de R\$ 27 (mil) por empreendedor. Do total de liberações, 44,37% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços e 55,63% para o Microcrédito.

Cabe ressaltar que:

Em virtude da transição da diretoria executiva e Conselho de Administração, no primeiro trimestre de 2019 a Agência de Fomento não liberou nenhuma operação de crédito uma vez que necessitava da aprovação e homologação do Banco Central para composição da nova diretoria.

Neste período, a Agência de Fomento trabalhou para implementar em 2019 novas medidas operacionais para melhorar ainda mais o atendimento às empresas através da aplicação de recursos próprios com mais agilidade e segurança nos processos.

Com relação à modalidade de financiamento, 100% das operações de crédito foram liberadas como capital de giro.

2.3– Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

A taxa média de juros ficou em 2,39% a.m. e prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 38 meses. Do montante, R\$ 62 (mil) foram liberados com carência, correspondendo a 2,27% das liberações de crédito e R\$2.685 (mil) sem carência, representando 97,73% do montante liberado.

2.4– Rating das Operações de Crédito

Das operações de crédito com relação ao montante liberado, 8% estão classificadas no nível de risco **inicial "AA"**, 15% no nível de risco **"A"**, 37% das operações no nível de risco **B** e 40% estão concentradas no nível de risco **C**.

2.5– Garantia das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia para as operações realizadas em 2019, 29% estão concentradas na Alienação Fiduciária, (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 2% das operações em Direitos Creditório, 63% garantido pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE/Avalistas e 6% em garantia fidejussória. Isso demonstra que 92% dos créditos liberados em 2019 foram avalizados por garantias de melhor liquidez.

2.6– Análise de Crédito

No final do exercício de 2019 a economia tocantinense demonstrou melhora na perspectiva de crescimento apesar do impacto da crise econômica no País nos últimos anos, isso ficou evidenciado no aumento do PIB e na balança econômica das micro e pequenas empresas que buscaram soluções criativas para seus negócios. E é aí que a Agência de Fomento buscou mais uma vez fazer seu papel que é financiar projetos que favoreça o desenvolvimento sustentável, encorajando, estimulando e facilitando o acesso ao crédito às micro e pequenas empresas do Estado. Analisando as de forma cautelosa nas atividades que se expõe ao menor risco de inadimplência e impulsionando a economia de forma responsável.

3. GESTÃO DE CRÉDITO

No Exercício de 2019 a carteira ativa (saldo de créditos a receber no curto e longo prazo) ficou em R\$ 5.476 (mil).

A Constituição de Provisão para operação de Créditos encerrou o período com R\$ 1.374 (mil), sendo a média mensal de R\$ 114 (mil). Este valor expressivo é resultado de concentração de renda em poucos clientes na gestão anterior que não conseguiram honra com o compromisso assumido na Instituição.

A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R\$ 389 (mil), resultado positivo, fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados. Ao receber tais valores, consequentemente, aumenta a reversão e reduz o saldo das provisões em carteira ativa.

Os créditos renegociados ficaram em R\$ 73 (mil). As renegociações de créditos são realizadas a partir de uma análise realizada entre o setor de Risco e *Compliance*, Gestão de Crédito e Diretoria, avaliando o impacto de sua realização na carteira da agência, e quanto à perspectiva real do recebimento.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante de R\$ 488 (mil). Esses créditos são provenientes de cobranças infrutíferas, mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança e ou ajuizamentos.

Dos créditos que foram baixados como prejuízos foram recuperados R\$ 518 (mil). Um aumento bastante expressivo em comparação ao Exercício anterior que encerrou em R\$ 75 (mil). Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período. A carteira de Créditos Baixados como Prejuízo é uma carteira que apresenta dificuldade de

recuperação, por se tratar de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, o que consequentemente diminui as chances de recebimento de uma dívida.

O saldo das parcelas vencidas totalizou em R\$ 2.003 (mil), este valor expressivo é reflexo da concentração de crédito em único cliente liberado na gestão anterior. Parcelas vincendas R\$ 3.473 (mil). Baseado na resolução nº 2682 de 1.999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias, considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste semestre somou um saldo de R\$ 5.476 (mil).

A Gestão de crédito tem uma grande preocupação com os clientes que ficam inadimplentes a partir de 01 dia de atraso, uma vez que a prevenção ajuda a evitar prejuízos futuros.

Sendo assim, conclui-se que a Gestão de Crédito vem buscando recuperar prejuízos, cobrar a carteira ativa inadimplente e a prevenção de possíveis atrasos que venham a prejudicar a receita da Agência.

4 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As receitas do exercício totalizaram R\$ 2.579 (mil) e as despesas R\$ 5.865 (mil), o resultado líquido acumulado do exercício de 2019, foi um prejuízo de R\$ 3.286 (mil), sendo que 926 (mil) refere-se ao provisionamento de um cliente liberado em Dezembro de 2018, em decorrência da redução nas receitas das operações de crédito, provisão de desvalorização de outros valores e bens, aumento em 275% nas provisões para créditos de liquidação duvidosa e pela composição da Diretoria que só pode realizar operações de crédito a partir de 24/05/2019. Enquanto todas as demais despesas legais e administrativas são inevitáveis.

A falta de aporte ao capital da Agência, compromete substancialmente a política de aplicação dos recursos da Agência, limitando-a cada vez mais ao longo dos anos.

4.1 – CAPTAÇÃO DE: APORTES, FUNDOS e RECURSOS DE TERCEIROS - 2019/2020

Cabe ressaltar que diante do quadro que ora se apresenta, os Gestores da Instituição adotaram e estão adotando ainda para o exercício 2020, as seguintes medidas para alavancar as linhas de créditos e aporte de capital.

- a) Foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária, realizado em 30 de setembro de 2019, aporte de capital, no valor de R\$ 1.710 (mil), provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações;

- b) Estamos em permanente contato com o Governo Estadual no intuito de promover a transparência e mostrar a necessidade de aporte de capital, para viabilizar os projetos de desenvolvimento. O Governador autorizou R\$ 10.000 (mil) destinado ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FDES, para financiar as cadeias produtivas da piscicultura e microcrédito. A Lei autorizando será encaminhada em março/2020 para Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.
- c) Foi captado no ano de 2019 o recurso do Ministério do Turismo, denominado FUNGETUR, no montante aproximado de R\$ 10.633 (mil), destinado aos empreendimentos de turismo do Estado do Tocantins. Recurso esse que trará mais uma opção de crédito, com juros baixos e prazo longos.
- d) Inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO previsão de orçamento para aumento de capital da Agência de Fomento, no valor de R\$ 1.500 (mil), disponível para transferência em conformidade com a Secretária de Indústria Comércio e Serviços para o mês de abril/2020.
- e) Inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO previsão de orçamento para aumento de capital da Agência de Fomento no valor de R\$ 8.000 (mil) para o ano 2.020, que será escalonado a partir do mês de maio/2020 no valor de R\$ 1.000 (mil) até o mês de Dezembro de 2020.

4.2- AÇÕES QUE ESTÃO SENDO ADOTAS PELOS GESTORES - 2019/2020

- a) Intensificamos ações junto ao BNDES, FINEP e FNO para obtermos a condição de Agente Repassador dos recursos;
- b) Parceria do Governo do Estado do Tocantins e Agência de Fomento com o Banco Regional de Brasília - BRB como agente repassador para o microcrédito;
- c) Parceria Estado do Tocantins e Fomento, na intermediação da modalidade de repasse financeiro através de cartão de crédito para servidores públicos, consignado;
- d) Criar novos produtos de crédito, aumentando o mix do portfólio da Agência;
- e) Divulgação das Linhas de Crédito através de diversos meios de comunicação;
- f) Pulverização dos créditos para micro e pequenos empreendedores, diminuindo o risco de concentração de crédito;

- g) Intensificação das prospecções para alavancagem e ações de crédito no interior do Estado em parceria com as Prefeituras e CDL's, para atender com maior amplitude todas as cadeias produtivas.
- h) Redução das despesas administrativas através da revisão de contratos de prestação de serviço com fornecedores;
- i) Requalificação do quadro de funcionários;
- j) Aprovação do novo organograma da Agência;
- k) Realização de leilão dos bens recebidos em dação de pagamentos e os apreendidos ou consolidados em alienação fiduciária, os quais irão gerar mais recursos financeiros para nossas operações e conseqüentemente, receitas para Agência;
- l) Realização de venda direta dos bens que não foram alienados nos leilões;
- m) Planejamos e realizamos várias reuniões com órgãos Estaduais e Municipais com o intuito de propor parcerias em prol do desenvolvimento sustentável;
- n) Ficou definido a administração de Fundos e PPP's do Estado para Agência de Fomento, onde obteremos receitas na administração;
- o) Tomadas de contas;
- p) Novas políticas e critérios de análises de créditos;
- q) Ajuizamentos das operações inadimplentes;
- r) Atualização do site institucional;
- s) Redução de despesas;
- t) Aumento da equipe de gerentes de crédito;
- u) Treinamentos;
- v) Parcerias com órgão voltado para o crescimento econômico.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 341 (mil). Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 6.112 mil, estando R\$ 4.301 (mil) aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 1.811 (mil) em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 15.901 (mil). Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 6.112 (mil), correspondente a 38% e carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 4.398 (mil) equivalente a 27% e 35% sendo de outros ativos.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 15.394 (mil), distribuídos em R\$ 28.533 (mil) de Capital Social subscrito, R\$ 28.494 (mil) Capital Social integralizado, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 13.253 (mil) de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 507 (mil), sendo outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores.

5 - GESTÃO ORGANIZACIONAL

5.1 Gestão de Riscos e *Compliance*

A Coordenadoria de Riscos e *Compliance* em instituições financeiras atua no processo de gestão integrada de riscos, compliance e controles internos, de acordo com o que está estabelecido na Resolução CMN n.º 4.557 de 23/02/2017. Sendo que, o seu papel é de:

- Orientar, verificar e monitorar os usuários quanto a identificação, mensuração e avaliação dos riscos operacionais e controles internos de cada área;
- Alimentar e verificar no sistema de controle os planos de ação, perdas, e outras informações. Executar e verificar a conformidade das informações necessárias para a realização de avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos;
- Encaminhar e monitorar o relatório ao Coordenador quanto ao posicionamento dos riscos institucionais;
- Lançar e monitorar no sistema de controle os eventos de perda capturados automaticamente ou manualmente pela própria Coordenadoria ou pelas demais áreas;
- Auxiliar, elaborar e monitor o plano de continuidade, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e apresentar ao coordenador;
- Informar através de relatório ao coordenador os planos de ação após a finalização dos ciclos de atividades;
- Elaborar mensalmente relatórios de Riscos de Crédito, Índices de Basileia acerca dos descumprimentos de normas e sugerir revisão dos processos e políticas de gestão de riscos operacionais, sempre que necessário e apresentar ao Coordenador;
- Executar e auxiliar na revisão dos processos e políticas de gestão de riscos operacionais, bem como na divulgação das informações e apresentar propostas de melhorias quanto a revisão da política de riscos tempestivamente;
- Atuar no monitoramento dos processos de crédito quanto à prevenção de lavagem de dinheiro e corrupção, e o controle das operações e limites de riscos operacionais, bem como no que tange a indícios no que se refere a PLD;

- Executar e acompanhar as informações sobre Leis e normas complementares no sistema, bem como a conformidade das normas se está sendo aplicada conforme prevista nas políticas da Instituição;
- Examinar, mediante parecer de liberação prévia, os processos de pagamento de despesa e executar a fiscalização dos contratos realizadas pelos respectivos fiscais designados pelo gestor, recomendando providências imediatas quando da constatação de irregularidades ou ilegalidades;
- Executar o acompanhamento dos controles das licitações, das dispensas e inexigibilidades, dos processos de pagamentos, das prestações de contas, dos convênios e suprimentos de fundos liberados, disponibilizando-os às equipes técnicas de supervisão;
- Elaborar e desenvolver políticas exigidas pelo Banco Central do Brasil e diretrizes para área de riscos e apresentar para aprovação em Assembléia;
- Desempenhar outras atividades correlatas.

Ressalta-se que no exercício de 2019 foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração as Políticas discriminadas abaixo:

- ✓ **Item 01** - Declaração de Appetite por Riscos - RAS;
- ✓ **Item 02** - Programa de Testes de Estresse (Manual);
- ✓ **Item 03** - Política e Estrutura do Gerenciamento Contínuo de Capital;
- ✓ **Item 04** - Plano de Capital (para 01 ano, conforme Planejamento Estratégico);
- ✓ **Item 05** - Política de Liquidez;
- ✓ **Item 06** - Plano de Contingência de Liquidez;
- ✓ **Item 07** - Gestão Contínua e Integrada de Riscos e de Capital.

5.2 Controles Internos

No âmbito dos Controles Internos, conforme resolução do BACEN nº 2.554/1998 e atualizações deve-se realizar o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da Instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como assegurar que quaisquer desvios da rotina e processos nas atividades da Instituição possam ser prontamente corrigidos. Assim, para atingir esses objetivos o processo vem sendo desenvolvido em cinco etapas: Identificação de Riscos; Avaliação dos Riscos e Controles; Análise da Exposição Residual; Posicionamento; Monitoramento.

O Controle Interno também tende a assegurar que a organização busque sempre atingir seus objetivos com integridade e eficiência, que todos os seus dados e informações

sejam confiáveis, precisos e ainda que suas atividades sejam praticadas em conformidade com as normas e regulamentos internos e externos.

Este é o modelo que passou a ser adotado pela Fomento/Tocantins com o intuito de controlar suas atividades, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e assegurar a conformidade e o cumprimento das normas legais/regulamentares a elas aplicáveis.

5.3 Ouvidoria

A Ouvidoria da Agência de Fomento foi implantada em 30 de novembro de 2007 com a finalidade de atender ao que determina a Resolução BACEN nº. 4.433, de julho de 2015, e com o disposto em Circular 3.503/2010. A Ouvidoria tem como objetivo aprimorar o atendimento ao cliente, bem como os processos e serviços, agregando valor à imagem da Instituição e, principalmente, reduzindo litígios.

A estrutura da Ouvidoria está descrita no Manual de Ouvidoria através da Resolução Fomento nº. 157/2018, bem como as diretrizes e metodologia de trabalho as quais estabelecem sua forma de atuação. A Instituição disponibiliza aos clientes os meios de comunicação, como, correios; e-mail; site institucional e telefone DDG - [0800-642-9002](tel:0800-642-9002), conforme prevê a legislação.

A Agência de Fomento vem cumprindo com o exigido pelo órgão fiscalizador, e com as normas que regem esse canal de Ouvidoria, destacando-se que, no mencionado período, **não houve qualquer demanda pertinente à Ouvidoria.**

6 - AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A; subordinada diretamente ao Conselho de Administração, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição.

As atividades da auditoria estão estruturadas de acordo com o disposto na Resolução CVM-BACEN nº. 4.588/2017 e nas Resoluções nº 184 e 198/2019, da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.

Os trabalhos de auditorias preventivas, corretivas e de rotina, realizados nas diversas áreas da instituição, objetivam a inibição de possíveis fraudes contra o patrimônio e as finanças da organização, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e

externas, assegurando que os procedimentos adotados estejam aderentes às políticas definidas e à legislação vigente.

No que concerne a estratégia de atuação da auditoria interna, cabe informar que, para cada exercício, é elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e, efetivamente materializada no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINIT e nos Relatórios Semestrais.

Os trabalhos planejados pela auditoria interna, tem como base os critérios de materialidade, relevância e risco, que permeiam todos os eixos de atuação, viabilizando a elaboração e apresentação à alta direção dos relatórios das auditorias, que contém recomendações voltadas para mitigação de riscos ou falhas, que são discutidas e elaboradas em conjunto com os responsáveis das áreas auditadas.

As recomendações exaradas pela auditoria, no exercício de 2019, obtiveram êxito em sua implementação, impactando positivamente no gerenciamento dos macroprocessos, dentre eles podemos citar: a melhora dos controles internos adotados pela Agência; Aprimoramento no processo de acompanhamento das recomendações exaradas pela auditoria interna, tornando-se mais efetiva e com maior controle de prazos e planos de ação e maior conformidade com as normas e legislação.

Portanto, a Auditoria Interna, no exercício de 2019, atuou no cumprimento das suas competências regimentais ao assistir à Instituição na consecução dos seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao assessorar às diversas unidades organizacionais da Agência, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada com o processo de gestão e adequando-se ao cronograma de trabalho instituído.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse exercício e registradas no presente Relatório de Administração demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada às diversas regiões e setores do território tocantinense. Desta forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

8 - RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e dos demais Acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que foram fundamentais para o andamento das atividades. Finalmente, agradece também aos funcionários que de forma consciente abraçaram o desafio das novas diretrizes para se fazer cumprir a missão da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas - TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA

Diretora Operacional

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2019 e 2018

			Em R\$ mil	
ATIVO	Notas	2019	2018	
CIRCULANTE		13.066	14.767	
DISPONIBILIDADES	3.a	18	231	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.1	6.028	6.335	
LIVRES		6.028	6.335	
Cotas de Fundos de Investimento		4.301	6.335	
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculado ao Banco Central		1.727	-	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.164	3.229	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	4.2 a	3.242	3.810	
(-) Provisão para Operações de Crédito	4.2 d	(1.078)	(581)	
OUTROS CRÉDITOS		1	1	
OUTROS VALORES E BENS	4.3	4.855	4.971	
Bens em Regime Especial		4.893	-	
(-) Prov. Desv. Outros Valores e Bens		(104)	-	
Outros Bens		66	4.971	
NÃO - CIRCULANTE		2.835	2.759	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.318	2.052	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		84	79	
LIVRES		84	79	
Títulos de Renda Fixa - LFT	4.1	84	79	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.2 a	2.234	1.973	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		2.234	1.973	
PERMANENTE		517	707	
INVESTIMENTOS		1	1	
IMOBILIZADO DE USO - Líquido	4.4	501	628	
Imobilizado de Uso		1.683	1.665	
Depreciações Acumuladas		(1.182)	(1.037)	
INTANGÍVEL - Líquido	4.4	15	78	
Ativos Intangíveis		224	224	
Amortizações Acumuladas		(209)	(146)	
TOTAL DO ATIVO		15.901	17.526	

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2019 e 2018

		Em R\$ mil	
PASSIVO	Notas	2019	2018
CIRCULANTE		507	525
OUTRAS OBRIGAÇÕES		507	525
Cobranças e arrecadações		4	7
Fiscais e Previdenciárias		127	99
Contingências Passivas	15	114	109
Diversas		262	310
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.394	17.001
CAPITAL		28.494	26.789
De Domiciliados no País	5.1	28.533	26.823
Ações Ordinárias		28.533	26.823
CAPITAL A REALIZAR (-)		(39)	(34)
Capital a Realizar (-)		(39)	(34)
RESERVAS DE LUCROS		153	153
PREJUÍZO ACUMULADOS		(13.253)	(9.941)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.901	17.526

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2019 e 2018

			Em R\$ mil	
DISCRIMINAÇÃO	Notas	2º Semestre de 2019	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		760	1.556	1.980
Operações de Créditos	6	604	1.215	1.498
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	156	341	482
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		137	(571)	(154)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	137	(467)	264
Provisão desvalorização de outros valores e bens		-	(104)	-
Provisão não Operacionais		-	-	(418)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		897	985	1.826
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.183)	(4.271)	(5.709)
Receitas de Prestação de Serviços	6	52	60	95
Despesas de Pessoal e Honorários	7	(1.385)	(2.528)	(2.665)
Outras Despesas Administrativas	7	(711)	(1.525)	(2.348)
Provisões Passivas	7	(112)	(112)	(99)
Despesas Tributárias	7	(46)	(121)	(136)
Outras Receitas Operacionais		36	56	55
Outras Despesas Operacionais	7	(17)	(101)	(611)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.286)	(3.286)	(3.883)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.286)	(3.286)	(3.883)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.286)	(3.286)	(3.883)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO/DIVIDENDOS				
Nº de Ações:		6.000.000	6.000.000	6.000.000
Lucro Líquido por ação:		(0,214)	(0,548)	(0,647)
Valor Patrimonial da Ação		2,57	2,57	2,83

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA
SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em R\$ mil				
Discriminação	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS - RESERVA LEGAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019	26.789	153	(11.941)	15.001
Resultado do período	-	-	(1.286)	(1.286)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	26.789	153	(13.227)	13.715
MUTAÇÕES DO PERÍODO			(1.286)	(1.286)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	26.789	153	(6.058)	20.884
Resultado do período			(3.883)	(3.883)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	26.789	153	(9.941)	17.001
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	1.710			1.710
Capital a Realizar (-)	(5)			(5)
Resultado do período			(3.286)	(3.286)
Ajuste de exercício anterior			(26)	(26)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.494	153	(13.253)	15.394
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.075	-	(3.312)	(1.607)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2019 e 2018
Metodo Indireto

	Em R\$ mil		
DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre de 2019	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.631)	(3.934)	(1.752)
Prejuízo Líquido do exercício	(1.286)	(3.286)	(3.883)
Ajustes para reconciliar o resultado liq. ao caixa gerado pelas Ativ. operacionais:			
Depreciação e amortização	73	208	342
Baixa do Imobilizado	-	-	-
Ajuste de Exercício anterior	(26)	(26)	-
Prejuízo ajustado	(1.239)	(3.104)	(3.541)
Redução (aumento) de ativos	(2.237,00)	(812)	1.759
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários	(1.729)	(1.732)	246
Redução (aumento) das Operações de Crédito	(569)	804	907
Redução (aumento) dos Outros Créditos	55	-	201
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens	6	116	405
Aumento (redução) de passivos	(155)	(18)	30
Aumento (redução) Outras Obrigações	(155)	(18)	30
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.705	1.705	-
Aumento de capital	1.705	1.705	-
	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(18)	(18)	(270)
Aplicações no imobilizado	(18)	(18)	(62)
Aplicações no intangível	-	-	(208)
Aumento/(redução) do Caixa e equivalentes de caixa no período	(1.944)	(2.247)	(2.022)
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-		
No início do exercício	6.263	6.566	8.588
No fim do exercício	4.319	4.319	6.566
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.944)	(2.247)	(2.022)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

**DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2019**

ACIONISTA	C N P J	TIPO DE AÇÕES	PARTIC. %	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	01.786.029/0001-03	O.N.	99,40	5.964.000	28.362.188,84	
SINDUSCON - SIND. DAS IND. DA CONSTRUÇÃO CIVIL	25.063.306/0001-18	O.N.	0,10	6.000	28.533,39	
FIETO - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS	25.063.421/0001-92	O.N.	0,10	6.000	28.533,39	
FAET - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA	25.092.230/0001-59	O.N.	0,10	6.000	28.533,39	1.710,26
FECOMÉRCIO - FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO	37.344.793/0001-76	O.N.	0,10	6.000	28.533,39	1.710,26
FACIET - FED. DAS ASSOC. COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	25.043.076/0001-25	O.N.	0,10	6.000	28.533,39	17.140,24
SICON - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO	25.063.314/0001-64	O.N.	0,10	6.000	28.533,39	18.850,50
TOTAL DE AÇÕES			100,00	6.000.000	28.533.389,18	39.411,26

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora-Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coodenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A

CNPJ Nº 05.474.540/0001-20

Notas Explicativas da Administração às

Demonstrações Contábeis dos Exercícios 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao exercício de 2019, foi dada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2020.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

d) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas e para processos classificados como Perda remotas para as quais não efetuamos provisões ou divulgação.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

4 - ATIVO

4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais.

Categoria	Prazos	31/12/2019		31/12/2018	
		Saldo Aplicação	Receitas	Saldo Aplicação	Receitas
Títulos Públicos Federal – vinculado ao Banc Central aumento de capital	01/03/2020	1.727	16	-	-
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	4.301	321	6.335	475
Total Circulante		6.028	337	6.335	475
LFT – Letras Financeiras do Tesouro – Vinculado	01/03/2018	-	-	-	4
LFT – Letras Financeiras do Tesouro – Vinculado	01/03/2023	84	4	79	3
Total Não Circulante		84	4	79	3
Total de Títulos e Valores Mobiliários		6.112	341	6.414	482

O valor de R\$ 84 mil registrados em Letras Financeiras do Tesouro corresponde a 08 títulos, com vencimento em 01 de março de 2023 e R\$ 1.727 mil registrados em títulos públicos federal, vinculados ao Banco Central referente ao aumento de capital com vencimento em 01/03/2020. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais. O resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 6.112 mil em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no exercício de 5,41% correspondente a 90% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica:

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor Privado						
Comércio/Serviços	2.445	1.397	3.842	3.303	1.818	5.121
Agronegócio	-	-	-	56	-	56
Microcrédito	789	837	1.626	409	127	536
Turismo	8	-	8	42	28	70
Total	3.242	2.234	5.476	3.810	1.973	5.783

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	197	3	-	-
A	Até 14 dias	712	13	855	15
B	15 e 30 dias	1.303	24	2.094	36
C	31 e 60 dias	2.064	38	1.878	33
D	61 e 90 dias	90	2	312	5
E	91 e 120 dias	116	2	227	4
F	121 e 150 dias	76	1	2	-
G	151 e 180 dias	-	-	55	1
H	Acima de 180 dias	918	17	360	6
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		5.476	100	5.783	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
AA	197	-	-	-
A	712	-	855	-
B	1.287	16	2.047	47
C	1.205	859	1.264	614
D	-	90	-	312
E	30	86	-	227
F	42	34	-	2
G	-	-	-	55
H	-	918	-	360
TOTAL	3.473	2.003	4.166	1.617

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	-	197	-		
A	0,5	712	4	855	4
B	1	1.303	13	2.094	21
C	3	2.064	62	1.878	57
D	10	90	9	312	31
E	30	116	35	227	68
F	50	76	38	2	1
G	70	-	-	55	39
H	100	918	918	360	360
TOTAL		5.476	1.079	5.783	581

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no Início do Período	581	1.512
Constituição da Provisão	1.374	498
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(488)	(742)
(-) Reversão de Provisão	(389)	(687)
Saldo no Fim do Período	1.078	581

f) Créditos renegociados:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Renegociação	73	1.911

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no Início do Período	2.841	2.257
Créditos baixados como prejuízo	488	742
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(518)	(75)
(-) Descontos	(346)	(83)
Saldo no Fim do Período	2.465	2.841

h) Garantias:

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

4.3 – Outros Valores e Bens

	2019	2018
OUTROS VALORES E BENS	4.855	4.971
<u>Bens não de uso próprio</u>	4.789	4.893
Bens em Regime Especial	4.893	4.893
23/12/2016 (A) Prédio comercial ACCVSE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.040	2.040
23/12/2016 (A) Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	1.110	1.110
26/04/2017 (B) Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	994	994
21/09/2017 (C) Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	930	930
29/09/2017 (D) Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	237	237
29/09/2017 (E) (-) Ajuste contábil conforme apontamento Banco Central nº 22	-418	-418
Material em Estoque	62	74
Material consumo em Estoque	62	74
Despesas antecipadas	4	4
Prêmio Seguro	4	4
(-) Provisão Desvalorização Outros Valores e Bens	-104	-
Outros Valores e Bens	-104	-

A - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m², e os outros 207,20 m² constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de

número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m², avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil).

B - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas-TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em RS 1.010 (mil).

C - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, coma área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil).

D - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/2001, avaliado em limite inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 403 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil).

E - Em apontamentos feitos pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício 19357/2018-BCB/DESUC, datado de 1º de outubro de 2018, foi requerido o reconhecimento de estimativa de perda ao valor recuperável desses imóveis (referenciados no quadro 4.3, itens “A”, “C” e “D”) no montante de R\$ 418 (mil), por estarem superior ao valor registrado das respectivas operações (Cosif), reconhecido no resultado como despesas não operacionais.

4.4 - Não Circulante – Imobilizado e Intangível e Uso

Descrição	Móveis e Equipamentos de Uso	Instalações	Sistema de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Sistema de Segurança	Sistema de Transporte	TOTAL
Custo							
em 1º de janeiro de 2019	505	350	67	532	1	209	1.665
Adições	0	0	16	2	0	0	18
(-) Baixas	0	0	0	0	0	0	0
em 31 de dezembro de 2019	<u>505</u>	<u>350</u>	<u>83</u>	<u>535</u>	<u>1</u>	<u>209</u>	<u>1.683</u>
Depreciação Acumulada							
Taxa de Depreciação anual	10%	10%	10%	20%	10%	20%	
em 01 de janeiro de 2019	(363)	(123)	(58)	(352)	(1)	(140)	(1.037)
Depreciação Anual	(21)	(35)	(7)	(53)	(0)	(30)	(145)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	0	0	0	0
em 31 de dezembro de 2019	<u>(384)</u>	<u>(158)</u>	<u>(64)</u>	<u>(405)</u>	<u>(1)</u>	<u>(170)</u>	<u>(1.182)</u>
Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2019	121	193	18	130	0	39	501
Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2018	142	228	9	180	0	69	628

Descrição	Software	TOTAL
Custo		
em 1º de janeiro de 2019	224	224
Adições	0	0
(-) Baixas	0	0
em 31 de dezembro de 2019	<u>224</u>	<u>224</u>
Amortização Acumulada		
Taxa de Amortização anual	20%	
em 1º de janeiro de 2019	(146)	(146)
Amortizações anual	(63)	(63)
(-) Baixas Amortizações	0	0
em 31 de dezembro de 2019	<u>(209)</u>	<u>(209)</u>
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	15	15
Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2018	78	78

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base nas premissas conhecidas, não apontaram a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGÊNCIA.

5 - PATRIMONIO LIQUIDO

5.1 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social subscrito é R\$ 28.533 mil e integralizado é de 28.494 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	28.362.188,84	28.362.188,84	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	28.533,39	28.533,39	-
FIETO	O.N.	0,1	6.000	28.533,39	28.533,39	-
FAET	O.N.	0,1	6.000	28.533,39	26.823,13	1.710,26
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	28.533,39	26.823,13	1.710,26
FACIET	O.N.	0,1	6.000	28.533,39	11.393,15	17.140,24
SICON	O.N.	0,1	6.000	28.533,39	9.682,89	18.850,50
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	28.533.389,18	28.493.977,92	39.411,26

6 - RECEITAS

A composição das receitas do exercício pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2019	2018
Operação de crédito	1.215	1.498
Operações com títulos e valores mobiliários	341	482
Subtotal	1.556	1.980
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2019	2018
Receita de prestação de serviços	60	95
Outras receitas operacionais	56	55
Subtotal	116	150
Totais	1.672	2.130

7 - DESPESAS

A composição das despesas do exercício:

DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2019	2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.374)	(498)
Provisão desvalorização de outros valores e bens	(104)	
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	389	687
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	518	75
Provisão não operacionais		(418)
Subtotal	(571)	(154)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	2019	2018
Provisões Passivas	(112)	(99)
Pessoal e Honorários	(2.528)	(2.665)
Outras despesas administrativas	(1.525)	(2.348)
Tributárias	(121)	(136)
Outras despesas operacionais	(101)	(611)
Total de Outras Despesas Operacionais	(4.387)	(5.859)
(-) Outras Receitas Operacionais - Nota 6	116	150
Total de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(4.271)	(5.709)

8 - RESULTADO DO PERÍODO

Em 2019 as receitas totalizaram R\$ 2.579 mil, incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo, apresentando uma redução de 10% sobre o exercício anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 5.865 mil, incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisão de desvalorização de outros valores e bens, com uma redução de 13% em comparação com o exercício anterior.

	2019	2018
Resultado do Exercício	(3.286)	(3.883)

9 - INFORMAÇÕES SOBRE ASPECTOS RELACIONADOS AO PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE OPERACIONAL DA AGÊNCIA

Em razão dos resultados negativos auferidos nos últimos exercícios e na busca de atender aos objetivos principais da existência e continuidade da Agência de Fomento de Tocantins S.A., ações foram adotadas pela atual Diretoria Executiva ao longo de 2019 e outras, notadamente, a serem realizadas para o exercício de 2020 para reverter a atual situação da empresa, promovendo a geração de resultados positivos a serem refletidos nos exercícios seguintes, tais como:

- Em 30 de setembro de 2019, foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária, aporte de capital, no valor de R\$ 1.710 (mil), provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações;
- Com o apoio do Governo do Estado de Tocantins, objetivando viabilizar os projetos de desenvolvimento do Estado, foi autorizado pelo Governador o valor de R\$ 10.000 (mil) destinado ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FDES, para financiar as cadeias produtivas da piscicultura e microcrédito. A Lei autorizando a destinação deste recurso será encaminhada em março/2020 para Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.
- Foi assegurado ainda no ano de 2019, recurso do Ministério do Turismo, denominado FUNGETUR, no montante aproximado de R\$ 10.633 (mil), destinado aos empreendimentos de Turismo do Estado do Tocantins. Recurso esse que trará mais uma opção de crédito, com juros baixos e prazo longos.
- Houve a inclusão da previsão de orçamento para aumento de capital da Agência de Fomento, no valor de R\$ 1.500 (mil), na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO do Estado de Tocantins, disponível para transferência em conformidade com a Secretária de Indústria Comércio e Serviços, para o mês de abril/2020.
- Também foi incluída na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO do Estado, a previsão de orçamento para aumento de capital da Agência de Fomento no valor de R\$ 8.000 (mil) para o ano 2020, que será escalonado de forma mensal a partir do mês de maio/2020, no valor de R\$ 1.000 (mil), até o mês de dezembro de 2020;
- Intensificação neste 1º. semestre de 2020 da realização de leilões dos bens recebidos em dação de pagamentos e os apreendidos ou consolidados em alienação fiduciária, gerando recursos financeiros para novas operações e, conseqüentemente, o retorno de receitas da intermediação financeira nas operações de créditos;

- g) Além do reforço necessário na captação de recursos para aumento nas operações objeto da Agência, diversas outras ações estão sendo adotadas pelos gestores atuais, tais como: Intensificação de diálogos junto ao BNDES, FINEP e FNO para obter a condição de Agente Repassador dos recursos; realização de novas parcerias junto com o Governo do Estado com o Banco Regional de Brasília – BRB como agente repassador para o microcrédito, como também estudos para intermediação da modalidade de repasse financeiro através de cartão de crédito para servidores públicos, consignado; criação e divulgação do mix do portfólio;
- h) Tendo em vista a expectativa da entrada de recursos financeiro nas ações de captação supramencionadas, as quais deverão manter o nível de segurança na liberação de crédito, gerenciamento de riscos de liquidez, de crédito, de capital com o monitoramento e controle, avaliações, planejamento de metas para garantir o cumprimento legal das normas do Banco Central do Brasil, a Agência adotará novas políticas e critérios de análises de créditos, treinamentos e aumento da equipe de gerentes de crédito, com a intensificação também no ajuizamento das operações inadimplentes.

10 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 31/12/2019, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 2.003 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 7.188 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

12 - SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Tocantins e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

14 - RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 35 funcionários celetistas, incluindo a Diretoria Executiva.

15 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos e contribuições sociais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para os exercícios 2019 e 2018, as contingências passivas se apresentam em conformidade com o quadro a seguir:

CONTINGÊNCIAS PASSIVA	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado (R\$) mil	Valor Estimado (R\$) mil
				31/12/2019	31/12/2018
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Agronegócio	08.03.2012	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	26	26
Contingência Civil passiva - (Ação de Indenização)	Microcrédito	11.10.2012	PROVÁVEL	31	31
Contingência Civil passiva - (Ação declaratória de Inexistência de Dívida c/c Recuperação de Danos)	Microcrédito	12.08.2013	PROVÁVEL	20	20
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Comércio	14.03.2014	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	32	32
Contingência Trabalhista passiva - (Reclamação Trabalhista)	—	05.07.2017	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	5	0
TOTAL				114	109

16 - GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

A Gestão do Risco de Mercado tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

16.1 Risco de Liquidez

A Fomento utiliza níveis adequados de exposição ao risco de mercado e liquidez, de acordo com os limites operacionais aceitáveis, definidos pela Alta Administração, possibilitando a adoção de medidas mitigadoras em tempo hábil, bem como a manutenção de sua liquidez e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de prazos e de moedas, a qual preserva a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo.

16.2 Risco de Crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Agência de Fomento avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação da carteira de risco das operações de crédito.

16.3 Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital,

e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

16.3.1 Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

16.3.2 Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

16.4 Programa de Testes de Estresse

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva o Programa de Testes de Estresse, que é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e idiossincráticos.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidencia, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de **Gerenciamento de Riscos** e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

16.5 Declaração de Appetite a Riscos - RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Appetite aos Riscos. A RAS contém:

- os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
- a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos da Instituição; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua;

16.6 Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e

Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

17- Eventos Subsequentes

Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, que seja relativo à Agência de Fomento do Estado do Tocantins, e que venham a ter efeito sobre essas demonstrações.

Palmas, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA

Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO

Coordenador de Contabilidade e Finanças

CRC TO 003075/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores,

ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A

Palmas/TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Em conformidade com a nota 9 – que trata sobre os aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Agência, os constantes resultados negativos apresentados nos últimos exercícios ocasionaram um prejuízo acumulado de R\$ 13.253 (mil), afetando substancialmente o fluxo de caixa da entidade e impactando de forma relevante o nível de operações da empresa. Objetivando reverter a atual situação financeira, a Diretoria Executiva atual realizou ações ao longo do exercício 2019 através da redução de despesas e aporte de capital social. Para o exercício de 2020 outras ações estão previstas, entre elas novos aportes de capital pelos acionistas, intensificação de leilões de bens não de uso operacional recebidos em dação de pagamentos de dívidas e de outros apreendidos ou consolidados em alienação fiduciária, receitas de taxas de administração de Fundos, reforço no quadro de pessoal de gerenciamento de crédito e qualificação do pessoal operacional existente.

Nossa opinião não se modifica em relação aos assuntos enfatizados.



Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório foi emitido em data de 15 de março de 2019, com modificação de opinião, pela falta da realização do teste de "impairment", com referência aos bens imóveis recebidos a título de dação em liquidação de empréstimos e financiamentos dentro das especificações da Circular Bacen no. 909 e 1273, registrados atualmente a título de "Bens em Regime Especial, na época ao valor líquido de R\$ 4.893 (mil).

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas



referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal (RN), 06 de março de 2020.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O



Edilúzia Araújo de Oliveira
Contadora – Responsável Técnico
CRC/RN Nº 005067/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 03 de abril de 2020, cumprindo o que determina a Lei 6.404/76, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2019, apreciou o Relatório da Administração, as Notas Explicativas, o parecer da Auditoria Independente e demais documentos e informações referentes ao término do exercício. Assim sendo, à vista dos documentos apresentados e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S – AUDITORES INDEPENDENTES, o Conselho Fiscal entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 03 de abril de 2020.

**MARIA DE JESUS DA
COSTA E SILVA**
Presidente

**FRANCISCO ALMEIDA
COSTA**
Membro

**ALESSANDRO RAMOS
MARQUES**
Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 06 de abril de 2020, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2019, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S – AUDITORES INDEPENDENTES, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 06 de abril de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Presidente da Mesa

CLEOMAR ARRUDA SILVA
Membro

**PAULO MARCELO
MENDONÇA**
Membro

**JARDEL CRYSTIANO NUNES
RIBEIRO**
Membro

**VANESSA CRISTINA
CHEMET DUTRA CARDOSO**
Membro